



10 DE MARÇO DE 2016

Quinta-feira

- PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO TERÁ PAGAMENTO ANTECIPADO A EMPRESAS
- VW E SINDICATO RENOVA PPE EM TAUBATÉ
- BOLETIM INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
- PERDA DA EFICÁCIA DA MP 694/2015 (IRRF SOBRE JPC, LEI DO BEM E OUTROS ASSUNTOS)
- ECONOMISTAS MOSTRAM CAUTELA DIANTE DE RALI DO MINÉRIO DE FERRO
- MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SP TÊM PIOR INÍCIO DE ANO DESDE 1998
- GASTO MENOR DOS CONSUMIDORES COMEÇA A FREAR AVANÇO DA INFLAÇÃO
- BRASIL CAMINHA PARA TER DÉCADA PERDIDA, AFIRMA ECONOMISTA
- INDÚSTRIA DE SP CAI 16% EM JANEIRO AFETADA POR ELETRÔNICOS E VEÍCULOS
- INTENÇÃO DE INVESTIMENTO INDUSTRIAL ATINGE MENOR NÍVEL DA SÉRIE, REVELA FGV
- SENADO DERRUBA AUMENTO DE JUROS EM FUNDOS DE ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO
- QUEDA NA INDÚSTRIA DE SP EM JANEIRO SUPERA RETRAÇÃO NA CRISE DE 2008-2009
- ABINEE DIZ QUE PERDA DO SETOR COM ABENGOA PODE CHEGAR A R\$ 1 BILHÃO
- ATA DO COPOM RETIRA AVALIAÇÃO DE QUE INCERTEZAS EXTERNAS SE AMPLIARAM
- ANO COMEÇA FRACO PARA COMÉRCIO NO PARANÁ, COM REDUÇÃO DE 16% NAS VENDAS
- PAÍS TEM 58 MILHÕES DE PESSOAS COM DÍVIDAS EM ATRASO, DIZ SPC BRASIL
- PARANÁ REGISTRA ALTA DE 2,2% NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
- CURITIBA TEM QUINTA MAIOR INFLAÇÃO DO PAÍS, COM 0,83%
- SIEMENS PLANEJA CORTAR 2,5 MIL POSTOS DE TRABALHO
- VOLKSWAGEN ANUNCIA SAÍDA DE SEU DIRETOR-GERAL NOS EUA
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM MINAS GERAIS REGISTRA QUEDA EM JANEIRO
- MPF DENUNCIA 17 EXECUTIVOS ENVOLVIDOS EM CARTEL DE MEDIDORES DE ENERGIA

- USIMINAS DIZ QUE DECISÃO SOBRE AUMENTO DE CAPITAL AINDA NÃO FOI TOMADA
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL INICIA 2016 COM ALTA EM OITO LOCAIS
- EX-FUNCIONÁRIOS SE MOBILIZAM EM PROL DA USIMINAS
- MERCADO EXTERNO É ALTERNATIVA PARA IVECO
- DESEMPREGO DEVE PERDER FORÇA NO PAÍS
- INDÚSTRIAS DO GRANDE ABC SOFREM COM BAIXA DEMANDA EM JANEIRO
- GOVERNO FACILITA COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL DE TRABALHADORES DO PPE
- BANCO VOLKSWAGEN LANÇA PROGRAMA PARA FACILITAR FINANCIAMENTO
- PLANO CONTRA O DESEMPREGO TERÁ PAGAMENTO FACILITADO

CÂMBIO		
EM 10/03/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,677	3,678
Euro	4,098	4,100

Fonte: BACEN

Programa de proteção ao emprego terá pagamento antecipado a empresas

10/03/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



O governo federal alterou as regras do PPE (Programa de Proteção do Emprego) para tentar agilizar o pagamento feito às empresas que aderiram ao plano de preservação de postos de trabalho.

Uma portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social publicada nesta quarta-feira (9) possibilita às empresas o envio prévio da folha de pagamento e posterior compensação, caso haja diferenças após o fechamento dos valores pagos.

Reportagem da **Folha** publicada na semana passada mostrou que algumas empresas relatam atrasos de até três meses no pagamento da contrapartida devida pelo governo.

De acordo com o ministro Miguel Rossetto, muitas empresas não conseguem enviar a folha de pagamento finalizada dentro do prazo exigido pelo ministério, por isso a mudança vai agilizar a liberação de recursos.

Antes, para receber o dinheiro, as empresas precisavam enviar um arquivo contendo dados dos trabalhadores e os respectivos valores de salário até o 12º dia útil antes da data de pagamento.

Pela nova regra, a empresa faz o envio prévio da folha ainda aberta, quando não for possível entregar a posição fechada no prazo, e encaminha depois o documento final, até o quarto dia útil após a data de pagamento.

"As eventuais diferenças de valores serão compensadas posteriormente, seja de repasse complementar ou de devolução ao ministério", afirmou Rossetto.

De acordo com o ministério, a empresa deve compensar a diferença até o 15º dia contado da data do recebimento da notificação expedida pelo ministério. Vencido o prazo, haverá correção dos valores pelo Sistema Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União.

Se a empresa demorar mais de 30 dias para fazer a compensação, poderá ser excluída do PPE e terá seu nome registrado no Cadin (cadastro de devedores do setor público federal).

As empresas que entraram no PPE podem reduzir em até 30% a jornada de trabalho e os salários dos empregados. Metade da redução salarial é bancada pelo governo, por meio do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalho).

Até o início de março, havia 83 empresas no programa, abrangendo 54.539 trabalhadores, com uma despesa para o FAT de R\$ 152 milhões desde o início do PPE. Estavam em análise outros 26 pedidos de inclusão ao programa, somando mais 1.214 empregos.

VW e sindicato renovam PPE em Taubaté

10/03/2016 – Fonte: Automotive Business



O Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e a Volkswagen renovaram o acordo do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) em razão do fraco desempenho do mercado de automóveis. A entidade quer garantir o emprego dos trabalhadores, já que a empresa fica impedida de demitir enquanto o programa estiver em vigor.

O novo acordo entra em vigor no dia 1º de maio e tem validade por 180 dias. O primeiro PPE teve início em novembro e termina em 30 de abril. A negociação foi feita com antecedência tanto pela falta de reação nas vendas de automóveis como pela necessidade de cumprir prazos no Ministério do Trabalho para aprovação em Brasília (DF).

A renovação será feita como no primeiro acordo, com 20% de redução de jornada de trabalho e 10% nos salários dos 4 mil envolvidos no PPE. "Esperamos que as mudanças feitas nos novos Gol e Voyage alavanquem as vendas e que a montadora volte ao patamar de produção de antes da crise", diz o presidente do sindicato, Hernani Lobato. A unidade de Taubaté também produz o Up!

Boletim Integração Internacional

10/03/2016 – Fonte: CNI

Destaques desta edição do Boletim Integração Internacinal:

- A Parceria Transpacífica (TPP) muda o “jogo” do comércio global?;
- A Ministerial da OMC em Nairóbi: avanço no varejo, paralisa no atacado;
- Cúpula do MERCOSUL: na pauta reforço aos princípios democráticos e relacionamento externo; e
- Conjuntura: dados de comércio exterior do 4º trimestre.

Perda da eficácia da MP 694/2015 (IRRF sobre JPC, lei do bem e outros assuntos

10/03/2016 – Fonte: Gaia, Silva, Gaede & Associados – Advogados

A Medida Provisória (MP) 694/2015 deixou de ser analisada pelo Senado Federal na sessão de ontem (08/03/2016), prazo final para que ela fosse convertida em lei, o que resultou na perda de sua eficácia.

O texto original da referida MP previa o seguinte:

- a. Majoração da alíquota de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP), de 15% para 18%, a partir de 01/01/2016;
- b. Suspensão da fruição, em 2016, dos incentivos à inovação tecnológica previstos na “Lei do Bem”;
- c. Redução, em 2016, e extinção, em 2017, dos benefícios fiscais do “Regime Especial da Indústria Química (Reiq)”;
- d. Majoração das alíquotas de PIS/Cofins sobre a importação e a revenda no mercado interno de alguns produtos químicos, a partir de 2016.
- e. O texto aprovado na Câmara de Deputados continha alterações em relação à redação original, além da inclusão de alguns dispositivos. Dentre essas modificações, estão:
- f. Possibilidade da indústria têxtil optar pela Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) à alíquota de 2%;
- g. Vigência das alterações relativas ao JCP somente para 2017;
- h. Possibilidade de aproveitamento do benefício da inovação tecnológica relativo a 2016 nos anos de 2017 e 2018;
- i. Extensão da isenção do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para o Estado do Espírito Santo e prorrogação desta isenção para 31/12/2019.

Diante da perda da eficácia da MP pelo decurso de prazo, a Constituição Federal estabelece que o Congresso Nacional poderá disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas dela decorrentes durante o período de sua vigência (considerando a redação original).

Caso isso não ocorra, em tese os dispositivos contidos na MP terão surtido efeito durante a sua vigência, ou seja, de 01/01/2016 a 08/03/2016, embora alguns deles sejam discutíveis.

Adicionalmente, cabe ressaltar que a Constituição permite a reedição de MP que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo, desde que em outra sessão legislativa.

Economistas mostram cautela diante de rali do minério de ferro

10/03/2016 – Fonte: EM.com

O preço do minério de ferro subiu quase 20% na segunda-feira, com investidores apostando que a China estimulará sua economia e impulsionará a demanda por esse componente. Nesta terça-feira, o minério de ferro avançou 1,1% no mercado à vista chinês, para US\$ 63,3 a tonelada seca, segundo dados do The Steel Index.

A alta da segunda-feira foi a maior da série histórica iniciada em 2009 e ocorreu após o governo chinês dizer no fim de semana que enfatizará o crescimento em vez da reestruturação econômica neste ano.

A notícia se somou ao otimismo sobre a demanda chinesa, que apoiou os metais industriais, do cobre ao estanho, os quais reagiram de mínimas em vários anos nas últimas semanas. Outras commodities, como o petróleo, também têm mostrado trajetória recente positiva.

Nem todos, porém, estão convencidos de que esses ralis se sustentarão. Os ganhos no minério de ferro e em alguns metais podem ser excessivamente dependentes da expectativa de estímulos chinesas que podem não acontecer, advertem analistas.

Ainda que a demanda chinesa pelo minério de ferro e alguns metais da indústria seja robusta, isso ocorre em boa medida porque o país aproveita os preços mais baixos para fazer estoque, ponderam alguns economistas. Sem um impulso substancial na demanda da indústria, acrescentam eles, os preços recuarão novamente, a menos que o estímulo chegue.

Enquanto isso, os preços mais altos encorajam mineradoras a adiar cortes na produção que iriam retirar excesso de oferta desses mercados.

“Nós não temos evidência suficiente para sugerir uma reação. Não estamos vendo uma grande elevação nas compras [no mercado físico]”, disse Robin Bhar, analista de metais do Société Générale. Para Bhar, essa alta recente se deve à cobertura de posições de investidores que haviam apostado na queda do preço, mas agora recuam dessa estratégia para evitar potenciais prejuízos.

O minério de ferro avança cerca de 70% desde que atingiu o patamar mais baixo em mais de uma década, a US\$ 37 a tonelada, em 11 de dezembro.

Na China, há expectativa de que o foco na economia fique progressivamente menos no setor industrial e mais no de serviços, o que pode significar um freio no crescimento global neste ano e no próximo. Mas o minério de ferro e outros metais agora são usados para apostar que a China impulsionará os estímulos econômicos, o que resultaria em mais projetos de infraestrutura que utilizam o aço.

As importações de minério de ferro permanecem fortes, em alta de 4,5% em janeiro ante igual mês de 2015. Mas a produção de aço, que é o que essas importações fornecem, recuou 7,6% na mesma comparação, segundo estimativas da World Steel Association. A China foi responsável por 50% da produção global de aço no ano passado.

Analistas do Goldman Sachs afirmaram que não veem evidência de uma demanda maior que a esperada por aço nos números disponíveis.

A China representa cerca de 45% da demanda global para a maioria dos outros metais industriais.

Eles também reagiram neste ano: o zinco subiu 13% e o estanho avançou 19%. O rali afeta mesmo metais cuja oferta supera significativamente a demanda, como o cobre e o alumínio, que avançam ambos cerca de 7% até agora em 2016. Esse é o motivo para alguns analistas mostrarem cautela.

Diante do cenário, companhias mineradoras mantêm a produção de metais e minério de ferro. As maiores produtoras de minério de ferro – Vale, Rio Tinto, BHP Billiton e Fortescue – podem manter a oferta nos níveis atuais.

Contanto que o preço do minério de ferro siga acima de US\$ 50 a tonelada, essas mineradoras ainda ganhariam dinheiro. Uma combinação de estoques fortes e possível enfraquecimento da demanda levaria os preços a voltar a recuar, afirma John Kovacs, analista de commodities da Capital Economics. Segundo ele, o minério de ferro, por exemplo, deve recuar para US\$ 40 a tonelada.

Micro e pequenas empresas de SP têm pior início de ano desde 1998

10/03/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Se o ano de 2015 foi ruim para as micro e pequenas empresas paulistas, 2016 não começou melhor. O faturamento delas em janeiro, já descontada a inflação, caiu 20,3% em comparação com o mesmo mês do ano passado.

É o pior resultado para janeiro desde que o estudo começou a ser feito, em 1998 e a décima terceira queda consecutiva na comparação de um mês com o mesmo período do ano anterior.

Todos os setores (serviço, indústria e comércio) apresentaram recuo no faturamento em janeiro.

Para Ivan Hussni, diretor técnico do Sebrae-SP, o cenário tão ruim é explicado pelo momento econômico e político no país. "Essa sequência de problemas na área política e econômica gerou uma crise que reduziu os investimentos das empresas. As pessoas, boa parte desempregada, pararam de consumir. E ainda tem a inflação", diz

A receita total das micro e pequenas empresas de São Paulo foi de R\$ 40,4 bilhões em janeiro deste ano, R\$ 10,3 bilhões a menos do que no mesmo mês do ano passado e uma perda de R\$ 8 bilhões na comparação com dezembro do ano passado.

Tantos dados negativos acabam refletindo nos trabalhadores do setor. A taxa de ocupação nas micro e pequenas empresas paulistas em janeiro deste ano caiu 1,9% em comparação com janeiro de 2015. A folha de salários caiu 3,2%. O rendimento dos empregados, no entanto, apresentou alta de 2,6%, já descontada a inflação.

As coisas não estão boas também para os microempresários individuais, aqueles que sozinhos ou com um funcionário que ganha salário-mínimo tocam uma empresa que fatura até R\$ 60 mil ao ano. Em janeiro de 2016, eles perderam 27,8% no faturamento real, já descontada a inflação, ante janeiro de 2015.

CENÁRIO PARA 2016

O relatório do Sebrae diz que os números negativos da economia em 2015 (quando houve queda de 14,6% no faturamento) podem se repetir ou até piorar em 2016.

"A confiança dos consumidores e dos empresários ainda não deu sinais de reversão, para uma situação mais otimista. Dessa forma, o nível de consumo e de investimento tem ficado deprimido", diz o documento.

"Uma vez que as MPEs [micro e pequenas empresas] vendem especialmente para o mercado consumidor interno, 2016 tende a ser um ano em que as empresas ainda enfrentarão dificuldades para alavancar as vendas."

Gasto menor dos consumidores começa a frear avanço da inflação

10/03/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

A inflação ainda não deu sinais consistentes de desaceleração em resposta à crise, como prevê o Banco Central. Mas a menor demanda de consumidores começa a amainar o avanço de preços de alguns bens e serviços.

Esses pequenos sinais foram percebidos em fevereiro nos preços de itens como alimentação fora de casa (restaurantes e lanchonetes), dentistas e médicos, passagens aéreas, produtos de limpeza, motéis e hotéis.

"Talvez seja o primeiro mês em que podemos evidenciar esse comportamento. É um movimento inicial e que não é ainda generalizado, até porque o câmbio e impostos afetaram outros preços no período", disse Eulina Nunes dos Santos, técnica do IBGE.

Mesmo as mensalidades dos chamados "cursos regulares" –desde as creches até a pós-graduação– sofreram influência de uma menor procura. Isso apesar do reajuste médio de 7,43% em fevereiro.

"O reajuste ficou parecido com o dos anos anteriores, apesar de inflação de 2015 ter sido maior, de 10%. Isso mostra certas dificuldades nos repasses", diz Flávio Serrano, economista do banco Haitong.

A maior cautela foi consequência da pressão dos pais dos estudantes por menores reajustes num momento de crise. Emprego e renda estão sendo afetados. Os pais têm, no limite, colocado os filhos nas escolas públicas.

Outro exemplo contundente vem das passagens aéreas, com deflação (queda de preços) de 15,83% em fevereiro. Diante da menor demanda por bilhetes, as companhias lançam promoções para ocupar os assentos.

Nada disso significa, no entanto, alívio no custo de vida dos brasileiros. Em fevereiro, a inflação até desacelerou para 0,90%, com a menor alta dos alimentos. Esta foi, porém, a segunda taxa mais alta para o mês desde 2004.

Além de intensa, a inflação no mês continuou espalhada. Dos preços pesquisados pelo IBGE, 77,5% tiveram aumento. O índice acumulado nos 12 meses permaneceu na simbólica casa dos dois dígitos, em 10,36%

Segundo Cristiano Oliveira, economista do banco Fibra, a inflação vai "desaquecer" gradualmente nos próximos dois anos, na medida que o emprego e a renda dos trabalhadores pioraram com recessão econômica.

"A crise afeta a inflação via mercado de trabalho. Por isso, não é uma transmissão rápida. Só que o desemprego deve chegar a 11,6% neste ano. Com isso, vamos ver preços de serviços desacelerando."

Em março, os preços devem desacelerar mais rapidamente por uma razão pontual: a mudança da bandeira tarifária da conta de luz de vermelha para amarela.

Brasil caminha para ter década perdida, afirma economista

10/03/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A deterioração rápida da economia brasileira não apenas comprometeu ganhos anteriores como demandará dez anos até que o país volte a níveis pré-recessão. Será uma nova "década perdida", disse Albert Fishlow, professor emérito das universidades da Califórnia e Columbia.

"O PIB per capita do Brasil em 2020 será igual ao de 2010, então, aconteça o que acontecer, será uma década perdida. Mesmo em um cenário otimista, o crescimento geral será baixo", afirmou Fishlow, em entrevista depois de um debate no centro de estudos Council on Foreign Relations, em Nova York, nesta quarta-feira (9).

O PIB per capita é a divisão do PIB (Produto Interno Bruto) pelo número de habitantes do país. De acordo com o IBGE, o indicador encolheu em 4,6% ano passado, para R\$ 28.876. Isso que significa que a média dos brasileiros ficou mais pobre em 2015 em comparação com 2014, quando também foi registrada queda de 0,8%.

O economista Alberto Ramos, do Goldman Sachs, calcula que, em três anos, a recessão provocará queda acumulada de cerca de 10% no PIB per capita.

É mais do que o registrado ao longo da chamada "década perdida" dos anos 1980 – entre 1981 e 1992, houve redução cumulativa de 7,6% no indicador, Ramos estimou. "Mostra a severidade do que está acontecendo."

Fishlow, que estuda o Brasil desde os anos 1970, defende políticas econômicas "realistas".

"É preciso que haja a aceitação de que o gasto do governo está no limite máximo. Quando você diz que vai coletar [mais impostos] 'só por dois anos', acabam sendo seis, e depois sete e oito anos, e aí é hora de ter um novo imposto. É preciso um programa enxuto que prometa às pessoas mudanças em certo período de tempo suficiente para que a mudança ocorra."

INVESTIMENTO

De acordo com Corrado Varoli, presidente da boutique financeira G5 Evercore, a recuperação depende de investimentos, que, no entanto, estão em queda há dez trimestres seguidos.

Envolvidas ou não na Operação Lava Jato, as empresas privadas brasileiras "não demonstram qualquer vontade" em tomar decisões no momento, observa.

"Está claro que os investimentos precisarão vir de fora do país e, para isso, será necessário reajustar as regras. É o único jeito de o país voltar a crescer."

A pesquisadora Shannon O'Neil, doutora em governança pela Universidade Harvard, comparou o custo de um estrangeiro investir no Brasil à dificuldade de se mergulhar

em uma piscina com inúmeras camadas de roupa. "Você pode nadar, mas é exaustivo. Você não vai pular na piscina e, se já estiver lá, preferirá ficar na borda."

Indústria de SP cai 16% em janeiro afetada por eletrônicos e veículos

10/03/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A produção industrial do Estado de São Paulo, principal parque fabril brasileiro, caiu 16% em janeiro desse ano, em relação a 2015, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

O resultado foi pior do que a queda (-13,8%) da produção industrial brasileira geral no período.

No acumulado em 12 meses, o Estado apresentou recuo de 11,7%.

O baixo desempenho da fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos foi o que mais pesou em São Paulo, seguido pela produção fraca de veículos automotores, reboques e carrocerias. Os dois setores registraram quedas de 37,3% e 37%, respectivamente, em janeiro, antes igual mês de 2015.

Dos 18 ramos da indústria acompanhados pelo IBGE no Estado, apenas a fabricação de produtos alimentícios registrou alta, de 2,7%.

Na comparação mês a mês, houve ligeira alta de dezembro para janeiro, de 1,1% – acima da média nacional, de crescimento de 0,4%.

OUTRAS REGIÕES

Além de São Paulo, houve queda na produção em 12 dos 15 locais pesquisados pelo IBGE. A maior redução foi no Amazonas (-30,9%), pressionado, entre outras, pela indústria de máquinas e equipamentos (-80,6%).

O Estado é seguido por Pernambuco (-29,4%) e Espírito Santo (-26,3%).

Três Estados mostraram crescimento de produção industrial em janeiro: Pará (10,5%), Bahia (10,3%) e Mato Grosso (9,3%).

Os avanços foram impulsionados, em grande parte, pelo comportamento positivo vindo de indústrias extrativas (minérios de ferro em bruto) no primeiro local; de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (óleo diesel e óleos combustíveis) na Bahia, e de produtos alimentícios (carnes de bovinos frescas ou refrigeradas) no último.

Intenção de investimento industrial atinge menor nível da série, revela FGV

10/03/2016 – Fonte: Paraná Online

O Indicador de Intenção de Investimentos da Indústria recuou 12,3 pontos no primeiro trimestre de 2016 em relação ao trimestre imediatamente anterior, informou na manhã desta quinta-feira, 10, a Fundação Getulio Vargas (FGV).

Com o resultado, o índice atingiu 72,6 pontos, o menor patamar da série histórica, iniciada no terceiro trimestre de 2012.

"A queda do indicador de Intenção de Investimentos no primeiro trimestre de 2016 mostra que a indústria ainda não vislumbra, até o final deste ano, uma mudança expressiva no quadro de ampla ociosidade e baixo crescimento".

"O resultado reflete também a elevada incerteza com o ambiente político", avaliou, em nota, Aloisio Campelo Jr., superintendente adjunto para Ciclos Econômicos do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (IBRE/FGV).

No primeiro trimestre de 2016, apenas 16,8% das empresas preveem investir mais nos 12 meses seguintes, contra uma fatia de 15,7% registrada no ano anterior. Na direção contrária, 44,2% das empresas preveem investir menos nos 12 meses seguintes, contra os 30,8% registrados no trimestre anterior.

O Indicador de Intenção de Investimentos mede a disseminação do ímpeto de investimento das empresas industriais, com objetivo de antecipar tendências econômicas.

A FGV explica que o indicador abaixo do patamar de 100 pontos decorre da existência de mais empresas prevendo diminuir investimentos do que aumentá-los nos 12 meses seguintes.

Senado derruba aumento de juros em fundos de estímulo ao desenvolvimento

10/03/2016 – Fonte: Paraná Online

O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira, 9 um projeto de decreto legislativo que susta uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) do ano passado que elevou as taxas de juros cobradas em operações de empréstimos com recursos dos fundos constitucionais de financiamento. Esses fundos têm por objetivo estimular o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A proposta será encaminhada para apreciação da Câmara.

Em meados de fevereiro, os senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Fernando Bezerra (PSB-PE) apresentaram um projeto para suspender os efeitos da Resolução do CMN 4.452, de 17 de dezembro passado, que alterou os encargos financeiros e bônus de adimplência com recursos desses fundos a partir de 2016.

Para ambos, a forte elevação dos juros é incompatível com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e com os planos regionais de desenvolvimento.

Em seu parecer, o relator da proposta e líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), disse que o aumento dos juros não cumpre o objetivo dos fundos constitucionais de financiamento, que é reduzir as desigualdades regionais e estimular os investimentos nas regiões mais carentes do País.

Ele afirmou ainda que a medida não atende ao previsto em uma lei de 2001, que condiciona a fixação da taxa de juros pelo CMN às orientações da política nacional de desenvolvimento regional e aos planos regionais de desenvolvimento.

Eunício citou ainda que, nos financiamentos para as regiões mais carentes do País, as taxas de juros variaram, em 2015, de 4,5% a 12,5% - já considerado aí o desconto relativo ao bônus de adimplência -, para taxas que variam este ano de 12% a 17,2%. Ele sublinhou que a menor taxa de juros quase foi multiplicada por três.

"Estamos sustando uma irresponsabilidade", afirmou Eunício em plenário. Bezerra disse que a decisão suspende um "aumento abusivo" ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que praticamente impedia que o Banco do Nordeste pudesse contribuir com o desenvolvimento regional.

Queda na indústria de SP em janeiro supera retração na crise de 2008-2009

10/03/2016 – Fonte: Paraná Online

A queda da produção da indústria de São Paulo - maior parque industrial do País - entre janeiro passado e janeiro de 2015 foi a maior da série histórica da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física, divulgada mais cedo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recuo de 16,1% na produção durante o período superou as quedas vistas na virada de 2008 para 2009, fase mais aguda da crise financeira internacional.

O desempenho da indústria paulista na comparação entre meses de janeiro foi pior do que a média nacional. A queda de 13,8% na produção industrial brasileira foi anunciada semana passada pelo IBGE, e foi a retração mais acentuada desde abril de 2009, quando a perda foi de 14,1%.

Rodrigo Lobo, economista da Coordenação da Indústria do IBGE, explicou que, na comparação anual, o desempenho da indústria paulista ficou pior do que o da média porque a única atividade industrial que teve desempenho positivo em 2015, a indústria extrativa mineral, não ocorre em São Paulo. "A indústria extrativa não é medida em São Paulo, apenas a indústria da transformação", afirmou Lobo.

Entre as atividades, a que mais puxou a produção industrial de São Paulo para baixo na comparação com janeiro de 2015 foi a fabricação de veículos.

O desempenho da indústria extrativa também explica a alta na produção industrial do Pará. Com avanço de 10,5% na mesma base comparativa, o Estado da região Norte foi uma das três únicas regiões com desempenho positivo no período.

Segundo Lobo, a indústria extrativa responde por 80% da atividade industrial paraense - uma das maiores minas de minério de ferro do mundo é o complexo de Carajás, que fica no Pará e é operado pela Vale.

Abinee diz que perda do setor com Abengoa pode chegar a R\$ 1 bilhão

10/03/2016 – Fonte: Paraná Online

Preocupada com os impactos da paralisação da Abengoa na indústria de equipamentos elétricos, a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) está pressionando o governo por uma solução que evite elevadas perdas no setor e garanta a "saúde financeira" das empresas.

"Manifestamos a preocupação das empresas do setor elétrico com o caso Abengoa e pedimos às autoridades para que possam participar das discussões e decisões do governo sobre este problema", afirmou o presidente da entidade, Humberto Barbato, em nota na qual comenta sobre diversas reuniões com autoridades federais e anuncia encontro marcado para esta quinta-feira, 10, com o secretário executivo do Ministério das Minas e Energia, Luiz Eduardo Barata, para tratar do assunto.

Estimativa da Abinee indica que as empresas de equipamentos elétricos possuem aproximadamente R\$ 1 bilhão em negócios com as concessões de transmissão de energia da Abengoa, em produtos fornecidos para os diferentes projetos da empresa espanhola.

Segundo a entidade, há casos em que estas encomendas representam até 70% da capacidade produtiva da indústria. "Precisamos evitar que indústrias tradicionais interrompam suas operações no País, o que poderia agravar ainda mais o quadro de desemprego no Brasil", declarou Barbato, na nota.

A Abengoa paralisou suas atividades no Brasil devido a dificuldades financeiras que a levaram ao processo de recuperação judicial na Espanha e desde então o governo brasileiro busca alternativas para as concessões de transmissão que a empresa detém, entre as quais uma linha em construção que deve escoar parte da energia de Belo Monte. Entre as opções em análise estão o repasse dos projetos para investidores interessados ou a retomada de concessões e sua relicitação.

Ata do Copom retira avaliação de que incertezas externas se ampliaram

10/03/2016 – Fonte: Paraná Online

A ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, divulgada na manhã desta quinta-feira, 10, retirou o termo "ampliaram" ao se referir às incertezas com o cenário externo. Agora, o documento diz que as incertezas externas estão mantidas. Foi o cenário externo, com efeito desinflacionário, que fez o BC manter a taxa de juros no mesmo patamar na reunião da semana passada.

Como argumentos para a decisão de manter a taxa em 14,25% ao ano, a ata informa que o colegiado considera que remanescem incertezas associadas ao balanço de riscos, principalmente, quanto ao processo de recuperação dos resultados fiscais e sua composição, ao comportamento da inflação corrente e das expectativas de inflação.

Ressalta, ainda, que estão mantidas as incertezas em relação ao cenário externo, com destaque para a preocupação com o desempenho da economia chinesa e seus desdobramentos e com a evolução de preços no mercado de petróleo.

O placar da decisão ficou, pela terceira vez, em 6 votos pela manutenção da taxa, contra 2 votos que defendem uma alta de 0,5 p.p.

Votaram pela elevação o diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural, Sidnei Marques, e o diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, Tony Volpon.

O grupo majoritário, que votou pela manutenção da taxa Selic em 14,25% ao ano, afirmou que incertezas internas e externas justificam continuar monitorando a evolução do cenário macroeconômico para, então, definir os próximos passos na sua estratégia de política monetária.

O grupo minoritário, segundo a ata, argumentou que seria oportuno ajustar, de imediato, as condições monetárias, de modo a reduzir os riscos de não cumprimento dos objetivos do regime de metas para a inflação, reforçar o processo de ancoragem das expectativas inflacionárias e contribuir para deter a alta das projeções de inflação.

Ano começa fraco para comércio no Paraná, com redução de 16% nas vendas

10/03/2016 – Fonte: Paraná Online

O ano começou desanimado para o varejo paranaense. Pesquisa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio-PR) mostra redução de 16,27% nas vendas em janeiro na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Os únicos setores que tiveram alta no faturamento foram o de vestuário e tecidos (3,24%) e materiais de construção (1,76%). As quedas mais expressivas ocorreram no ramo de móveis, decorações e utilidades domésticas (-30,81%), concessionárias

de veículos (-29,92%), lojas de departamentos (-28,64%), autopeças (-26,98%) e combustíveis (-20,58%).

Após um 2015 pouco favorável, com baixa acumulada de 8,79%, e o Natal mais fraco dos últimos sete anos, com vendas 12,58% inferiores, os empresários do comércio continuam sentindo os efeitos da queda na intenção de compra dos consumidores, da inflação e da elevação dos juros, que parecem ser os únicos a aumentar, juntamente com os tributos governamentais.

De acordo com a Fecomércio-PR, normalmente o mês de janeiro é pouco movimentado para o varejo, tanto que na comparação com dezembro o decréscimo foi de 19,21%, voltando ao nível de vendas verificado em novembro.

A principal questão está na redução de 16,27% frente a janeiro de 2015, o que indica que o comércio começou o ano com o pé esquerdo e não há qualquer indício de que a situação possa melhorar, especialmente diante do agravamento da crise política e econômica nacional.

O reflexo dessa estagnação do varejo será sentido também pela indústria, considerando que as compras para formação de estoques dos lojistas caíram 30,46% em janeiro. As lojas de calçados (-50,59%), postos de combustíveis (-46,02%), lojas de departamentos (-42,46%) e as de móveis, decorações e utilidades domésticas (-42,09%) foram as que mais reduziram a aquisição de produtos para a comercialização, o que demonstra a baixa perspectiva destes segmentos para o semestre.

O número de funcionários do varejo caiu 6,75% em janeiro ante o mesmo de 2015. Além das demissões, a folha de pagamento encurtou 7,66%.

Análise regional

A safra de soja e milho alavancou o comércio na região Oeste, que foi a única a apresentar faturamento positivo em janeiro, com elevação de 1,26% na comparação com o mesmo mês de 2015. Além da agricultura, as promoções elevaram a receita do comércio de roupas e tecidos (29,89%), materiais de construção (27,22%), óticas, cine-foto-som (16,83%) e calçados (14,16%).

As demais regiões tiveram queda nas vendas: Londrina (-20,32%), Curitiba e Região Metropolitana (-20,23%), Litoral (-16,75%), Sudoeste (-10,48%), Maringá (-9,79%) e Ponta Grossa (-7,78%).

País tem 58 milhões de pessoas com dívidas em atraso, diz SPC Brasil

10/03/2016 – Fonte: Paraná Online

O crescente número de trabalhadores desempregados e o atual patamar da inflação, fator que dificulta o planejamento financeiro das famílias, contribuiram para que 3,4 milhões de devedores fossem incluídos como negativados nos cadastros de serviços de proteção ao crédito entre o início de 2015 e fevereiro último.

De acordo com pesquisa feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), obtida com exclusividade pelo Broadcast (serviço de notícias em tempo real da Agência Estado), o número absoluto de devedores com seus compromissos em atraso bateu a marca de 58 milhões de pessoas em fevereiro, o que representa 39,21% da população entre 18 e 95 anos.

O que chama mais a atenção na pesquisa é o aumento dos atrasos nas contas e serviços públicos essenciais, como energia elétrica e água. A abertura das dívidas não pagas de água e luz revela que as pendências com contas básicas registraram o crescimento mais elevado em duas das quatro regiões estudadas. A variação foi de

18,81% no Nordeste e de 35,85% no Centro-Oeste em fevereiro deste ano comparativamente ao mesmo mês em 2015.

"O aperto financeiro já impactou a capacidade de pagamento até mesmo das contas básicas do dia a dia", disse Marcela Kawauti, economista-chefe da SPC Brasil. Na região Norte, o setor que apresentou maior variação anual foi o de comunicação, com 9,82% de aumento nos atrasos no pagamento das contas.

Os dados nacionais poderiam estar mostrando variação ainda maior não fosse a Lei 16.569/2015, que dificulta as empresas de negativarem os clientes inadimplentes. O governador paulista Geraldo Alckmin, presente na cerimônia que inaugurou a volta das sessões plenárias da Associação Comercial (ACSP) na segunda-feira passada, lamentou mais uma vez a decisão da Assembleia Legislativa de São Paulo de ter quebrado o seu veto à Lei. Mas no âmbito nacional, de acordo com o SPC Brasil e CNDL, a inadimplência continua crescendo.

No Nordeste, foram negativadas 15,4 milhões de pessoas, o equivalente a 39,38% da população adulta. No Sul são 7,9 milhões de inadimplentes, 35,86% dos adultos. O menor número de inadimplentes foi registrado no Centro-Oeste: 4,8 milhões. Esse número, contudo, representa 42,52% da população, patamar que supera apenas a região Norte, onde 45,74% dos adultos estão inadimplentes e negativados.

Segundo o presidente da CNDL, Honório Pinheiro, a inadimplência deve continuar crescendo nos próximos meses em razão da piora da economia e do aumento do número de desempregados.

"Apesar de os bancos e comerciantes estarem restringindo a concessão de crédito, fator que limita em parte a capacidade de endividamento do consumidor, a aceleração da inflação tem prejudicado o planejamento financeiro dos brasileiros já que há perda constante do poder de compra", diz Marcela Kawauti, da SPC Brasil.

Ela acrescenta que a escalada nas taxas de juros também encarece as compras realizadas a prazo e os financiamentos, dificultando ainda mais o pagamento em dia dos compromissos financeiros.

Paraná registra alta de 2,2% na produção industrial

10/03/2016 – Fonte: Bem Paraná

A produção industrial cresceu em oito dos 14 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na passagem de dezembro de 2015 para janeiro. As principais altas foram registradas em Santa Catarina (3,7%) e no Pará (3,3%), de acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional.

Outros seis locais tiveram avanços neste tipo de comparação: Bahia (2,6%), Rio Grande do Sul (2,5%), Ceará (2,4%), Paraná (2,2%), Região Nordeste (1,5%) e São Paulo (1,1%). Seis estados tiveram queda na produção, apesar do avanço da média nacional, de 0,4%: Pernambuco, Amazonas e Espírito Santo (os três com recuo de 2,1%), Rio de Janeiro (com decréscimo de 1,5%), Goiás e Minas Gerais (ambos com queda de 1%).

Na comparação com janeiro de 2015, 12 dos 15 locais pesquisados tiveram queda na produção, sendo as mais intensas verificadas no Amazonas (-30,9%), Pernambuco (-29,4%) e Espírito Santo (-26,3%). Apenas três estados tiveram alta: Pará (10,5%), Bahia (10,3%) e Mato Grosso (9,3%).

No acumulado de 12 meses, houve queda também em 12 dos 15 locais pesquisados, com destaque para Amazonas (-18,4%), São Paulo (-11,7%) e Rio Grande do Sul (-

11,3%). Três estados tiveram aumento da produção: Mato Grosso (4,8%), Pará (4%) e Espírito Santo (0,6%).

Curitiba tem quinta maior inflação do País, com 0,83%

10/03/2016 – Fonte: Bem Paraná

Com o aumento menos intenso nos preços de alimentos e bebidas, a inflação oficial brasileira, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), desacelerou para 0,90% em fevereiro. O índice, divulgado nesta quarta-feira (9), ficou abaixo do registrado em janeiro deste ano (1,27%) e no mesmo mês do ano passado (1,22%), quando havia sido pressionado pela alta de PIS/Cofins sobre a gasolina.

Desta forma, a variação do IPCA acumulada nos últimos 12 meses perdeu fôlego pela primeira vez após quatro altas seguidas. Ele estava em 10,71% em janeiro deste ano e passou agora a 10,36% em fevereiro.

O resultado ficou um pouco abaixo das expectativas dos economistas consultados pela agência internacional Bloomberg, que pela mediana (centro) previam um aumento de 0,98% nos preços em fevereiro e de 10,44% em 12 meses.

Curitiba é a cidade com a quinta maior inflação em fevereiro, 0,83%, ainda sim abaixo do índice nacional. Nos últimos 12 meses, a capital paranaense acumula 11,71% de inflação, a segunda mais cara do País e acima da média nacional, de 10,36%.

Apesar do ritmo um pouco menor, o índice permanece em patamar elevado e muito distante do centro da meta de inflação do governo para este ano, de 4,5%, com margem de dois pontos percentuais para cima ou para baixo.

Ao explicar sua decisão de manter os juros básicos (Selic) estáveis em 14,25% ao ano, o BC (Banco Central) tem indicado que a recessão econômica deve conduzir os preços para um patamar mais próximo do centro da meta.

O trabalho da autoridade monetária tem sido dificultado, no entanto, pela chamada inércia inflacionária. Isso ocorre quando a inflação passada é usada para reajustar contratos e serviços do presente. É algo que ficou claro em fevereiro. No mês passado, a inflação não desacelerou mais porque os preços das mensalidades de cursos regulares subiram em 7,43%, refletindo os repasses das altas dos preços do ano passado como energia elétrica e água.

É um reajuste típico para o período, mas que ficou mais intenso por causa da alta da inflação passada. Foi assim a maior contribuição individual para o IPCA do mês, com impacto de 0,21 ponto percentual.

O grupo Educação registrou desta forma uma das maiores contribuições para o avanço da inflação no mês, ao acelerar de 0,31% em janeiro para 5,90% em fevereiro. O impacto foi de 0,27 ponto percentual no IPCA cheio.

Entre os serviços, outros destaques de alta dentro do mês foram nas mensalidades de TV por assinatura com internet (7,86%) e transporte escolar (6,72%), por exemplo.

ALIMENTOS

Na passagem de janeiro para fevereiro, o grupo alimentação e bebidas desacelerou de 2,28% para 1,06%, respectivamente. Isso contribuiu para reduzir a pressão sobre o IPCA de um mês para o outro. Por ser um grupo de grande peso no índice, alimentação e bebidas responderam por 0,27 ponto percentual do índice no mês passado.

Inflação Entre os alimentos que mais recuaram e que são importantes na mesa das famílias estão tomate (-12,63%) e batata-inglesa (-5,70%). Continuaram

pressionados cenoura (23,79%), farinha de mandioca (11,40%) e açaí (10,06%). Os alimentos in natura haviam subido fortemente nos últimos meses por causa do excesso de chuvas na região Sul do país. Esse movimento também foi intensificado pelas alterações de clima do fenômeno El Niño.

ENERGIA ELÉTRICA Dos nove grupos de preços acompanhados pelo IBGE, quatro desaceleraram no mês passado. Outro destaque positivo para a queda dos preços veio da energia elétrica, que teve queda de 2,16% no mês passado, consequência da redução da bandeira tarifária vermelho, que passou de R\$ 4 para R\$ 3 por cada 100 kilowatts-hora consumidos.

O modelo de bandeira tarifárias busca cobrir os gastos com usinas térmicas, acionadas em período de escassez de chuvas. Com o desligamento de usinas térmicas, o governo mudou a bandeira a partir de 1º de fevereiro.

No ano passado, a inflação oficial foi de 10,67%, a maior desde 2002, pressionada pelos preços controlados pelo governo e pelo câmbio. Economistas consultados pelo Boletim Focus, do BC, estimam inflação de 7,59% este ano.

Siemens planeja cortar 2,5 mil postos de trabalho

10/03/2016 – Fonte: O Globo



A Siemens planeja cortar cerca de 2,5 mil funcionários na Alemanha na tentativa de manter a competitividade em meio à queda da demanda nos mercados de energia, mineração e metais. Para eliminar locais duplicados de produção, cerca de 2 mil postos serão extintos no país, informou a empresa em um comunicado nesta quarta-feira.

Os cortes virão de unidades de negócios para as chamadas grandes unidades industriais e soluções de processos, com cerca de metade da eliminação do pessoal na Alemanha e o restante no exterior, disse a empresa.

“A demanda em queda nos mercados de matéria-prima levou à uma intensificação significativa da competição, particularmente na Ásia”, afirma Jürgen Brandes, chefe de processos industriais da Siemens, em comunicado.

A redução de vagas acompanha os mais de 13 mil funcionários na mira do CEO Joe Kaeser, que mudou o portfólio de negócios da Siemens com uma enxurrada de acordos para se concentrar na geração e distribuição de energia.

Ele prometeu que a empresa, cujos produtos variam de turbinas industriais de energia à equipamentos médicos e trens de alta velocidade, retomaria o crescimento em 2016 após anos de ganhos estagnados.

CENÁRIO DIFÍCIL

“O principal objetivo das medidas planejadas é consolidar as atividades e otimizar o tamanho de locações de fabricação na Europa para aprimorar a competitividade em um mercado que continua difícil”, afirmou a principal companhia de engenharia da Europa.

Ao mesmo tempo, a Siemens afirmou que planeja contratar 25 mil pessoas anualmente pelo mundo nos próximos anos, incluindo 3 mil na Alemanha enquanto aumenta o crescimento para negócios industriais digitais.

Os negócios de processo de indústria e unidades, onde os cortes serão feitos, ajudam companhias a desenhar e construir locais de produção, segundo o site da empresa. As vendas do primeiro trimestre até o fim de 2015 na divisão caíram 6% para € 2,2 bilhões. A companhia cita enfraquecimento da demanda do setor de commodities.

A queda nos preços de matéria-prima e energia pressionaram o setor de petróleo e gás e mineração a cortar despesas em novos projetos e na exploração, o que afeta fornecedores de engenharia e fabricantes de equipamento.

Volkswagen anuncia saída de seu diretor-geral nos EUA

10/03/2016 – Fonte: O Globo



A Volkswagen anunciou nesta quarta-feira a inesperada saída de seu diretor-geral nos Estados Unidos, Michael Horn, em meio a uma maior pressão das autoridades locais sobre o grupo alemão pelo escândalo dos motores a diesel alterados.

Horn, de 54 anos, que era o mais alto executivo da Volkswagen nos Estados Unidos desde 2014, deixará o cargo para "buscar outras oportunidades efetivas imediatamente", anunciou o grupo em comunicado, sem informar as razões da decisão definida como "mútua".

Hinrich Woebcken, o novo presidente da Volkswagen para os países de América do Norte (Estados Unidos, Canadá e México) assumiu interinamente.

A saída de Horn acontece depois que os EUA ampliaram sua investigação contra a Volkswagen no caso dos motores a diesel adulterados na tentativa de driblar os testes antipoluição.

Produção industrial em Minas Gerais registra queda em janeiro

10/03/2016 – Fonte: EM.com



A produção industrial em Minas Gerais caiu 1% entre dezembro de 2015 e janeiro deste ano, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 14 estados e regiões.

A queda no ritmo das fábricas mineiras representou o quinto pior resultado entre as áreas analisadas. Foi a quinta taxa negativa consecutiva nesse tipo de levantamento em Minas. No conjunto da indústria brasileira, houve crescimento, embora modesto, de 0,4% no primeiro mês do ano.

Na comparação com outros períodos do ano passado, todos os indicadores de Minas Gerais foram negativos, e levando-se em conta janeiro de 2015, a retração atingiu 18,3% – quarto pior resultado entre as áreas pesquisadas pelo IBGE e a mais intensa desde maio de 2009, quando o índice decresceu 18,7%. No acumulado dos últimos 12 meses, a produção recuou 9%, sexto pior desempenho no país.

A explicação para os números negativos está recuo da produção das indústrias extrativa (26,6%) e de veículos automotores, reboques e carrocerias (42,4%). Os dois setores foram pressionados especialmente pela queda dos preços do minério de ferro em bruto.

A mineração no estado sofreu, ainda, o impacto do rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, da Samarco, em Mariana, em novembro do ano passado. A pesquisa do IBGE mostra recuo também nos ramos de metalurgia (12,7%), máquinas e equipamentos (66,1%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (12,8%).

Entre os 14 locais pesquisados pelo IBGE, oito deles apresentaram alta na produção em janeiro, cujo ranking é liderado por Santa Catarina (3,7%), seguido de Pará (3,3%) e Bahia (2,6%).

Outros cinco estados acompanharam Minas Gerais no índice negativo, no comparativo de janeiro, ante dezembro de 2015. São eles Pernambuco, Amazonas e Espírito Santo – todos com queda de 2,1% –, Rio de Janeiro (1,5%) e Goiás (1%).

Reação em 12 meses Os números mudam, no entanto, se for levado em conta a comparação entre os meses de janeiro deste ano e de 2015. Neste caso, 11 dos 14 locais tiveram queda na produção industrial, índice mais intenso encontrado no Amazonas (30,9%), Pernambuco (29,4%) e Espírito Santo (26,3%).

Apenas três estados tiveram aumento da produção industrial: Pará (10,5%), Bahia (10,3%) e Mato Grosso (9,3%). No acumulado dos últimos 12 meses, houve queda também em 11 locais pesquisados, especialmente no Amazonas (18,4%), São Paulo (11,7%) e Rio Grande do Sul (11,3%). Em outros três estados, a produção aumentou: Mato Grosso (4,8%), Pará (4%) e Espírito Santo (0,6%).

MPF denuncia 17 executivos envolvidos em cartel de medidores de energia

10/03/2016 – Fonte: EM.com

O Ministério Público Federal em São Paulo anunciou nesta quarta-feira, 9, ter denunciado 17 executivos ligados a sete empresas que formaram um cartel para a venda de medidores de energia entre os anos de 1990 e 2013, gerando prejuízos a concessionárias públicas e privadas de energia elétrica. As empresas envolvidas no esquema eram a Dowertech, a Eletra, a Elo, a Elster, a Itron, a Landis e a Nansen.

Segundo o MP, conversas identificadas mostram a atuação do cartel em pregões promovidos pela AES Eletropaulo, Light, Cemig e a CEEE. Também haveria atuação em concorrências abertas pela CPFL.

As investigações apontaram que os executivos estabeleciam fatias de mercado que caberiam a cada uma das empresas e combinavam os preços a serem apresentados nos leilões. Os denunciados dividiam-se em dois grupos, um executivo e outro operacional.

O primeiro definia as estratégias do cartel, enquanto o segundo dedicava-se à elaboração de tabelas e planilhas com os detalhes sobre preços mínimos e máximos e vencedores de cada concorrência. Durante os leilões, os participantes simulavam

movimentos de uma competição real, porém os resultados correspondiam aos acordos firmados previamente.

O MP lembra que o crime de formação de cartel está previsto na Lei 8.137/90 e pode resultar em penas de prisão de até cinco anos e salienta que para os envolvidos no cartel dos medidores de energia há possibilidade de o prazo ser estendido por causa dos danos causados à coletividade.

Usiminas diz que decisão sobre aumento de capital ainda não foi tomada

10/03/2016 – Fonte: R7

A Usiminas afirmou nesta quarta-feira que até o momento ainda não há qualquer decisão sobre uma operação de aumento de capital ou de injeção de recursos na companhia, em meio à discussão dos acionistas controladores da companhia sobre um resgate financeiro da siderúrgica.

Em comunicado ao mercado, a Usiminas confirmou que o assunto será tratado em reunião de seu Conselho de Administração marcada para sexta-feira.

"Está efetivamente convocada reunião para 11 de março para deliberar, entre outras matérias, sobre as providências e condições para injeção de recursos na companhia, incluindo a possibilidade de aprovação de aumento de capital mediante a subscrição de novas ações", afirmou a Usiminas em comunicado ao mercado.

Informações publicadas pela imprensa nesta quarta-feira afirmam que o grupo japonês Nippon Steel vai propor na reunião de sexta-feira um aumento de capital de 1 bilhão de reais na Usiminas e que está disposto a bancar a operação sozinho se outros acionistas não quiserem participar.

Uma fonte com conhecimento direto do assunto afirmou à Reuters na véspera que a decisão sobre o aumento de capital na Usiminas pode acabar parando na esfera judicial diante de possibilidade de alegação de quebra de dever fiduciário pelos conselheiros da empresa se a operação não for aprovada.

O grupo Nippon Steel considera o aumento de capital, aliado a uma renegociação de dívidas da Usiminas com bancos credores, como único caminho para que a siderúrgica evite um pedido de recuperação judicial.

Já Techint, que divide o controle da Usiminas com o grupo japonês, disse na terça-feira que considera como melhor alternativa para aliviar o endividamento da Usiminas e proteger os acionistas um "aporte limitado de capital", aliado a uso de recursos da unidade Mineração Usiminas, além da renegociação com os bancos.

A Usiminas tem vencimentos de 1,9 bilhão de reais este ano e caixa de cerca de 2 bilhões de reais. A empresa encerrou 2015 com geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) negativa em 2,318 bilhões de reais.

As ações da Usiminas dispararam nesta quarta-feira apesar da queda de 0,9 por cento do Ibovespa. O papel preferencial fechou em alta de cerca de 24 por cento, enquanto o ordinário avançou 12,4 por cento.

Em nota a clientes, analistas do BTG Pactual afirmaram que um eventual aumento de capital de 1 bilhão de reais na Usiminas não será suficiente, avaliando que a empresa precisaria de mais de 3 bilhões de reais. Porém, os analistas avaliaram que se um aumento de capital for aprovado isso dará tempo para a siderúrgica reestruturar sua viabilidade financeira.

Produção industrial inicia 2016 com alta em oito locais

10/03/2016 – Fonte: Agência Brasil

A produção industrial cresceu em oito dos 14 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na passagem de dezembro de 2015 para janeiro. As principais altas foram registradas em Santa Catarina (3,7%) e no Pará (3,3%), de acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional.

Outros seis locais tiveram avanços neste tipo de comparação: Bahia (2,6%), Rio Grande do Sul (2,5%), Ceará (2,4%), Paraná (2,2%), Região Nordeste (1,5%) e São Paulo (1,1%).

Seis estados tiveram queda na produção, apesar do avanço da média nacional, de 0,4%: Pernambuco, Amazonas e Espírito Santo (os três com recuo de 2,1%), Rio de Janeiro (com decréscimo de 1,5%), Goiás e Minas Gerais (ambos com queda de 1%).

Na comparação com janeiro de 2015, 12 dos 15 locais pesquisados tiveram queda na produção, sendo as mais intensas verificadas no Amazonas (-30,9%), Pernambuco (-29,4%) e Espírito Santo (-26,3%). Apenas três estados tiveram alta: Pará (10,5%), Bahia (10,3%) e Mato Grosso (9,3%).

No acumulado de 12 meses, houve queda também em 12 dos 15 locais pesquisados, com destaque para Amazonas (-18,4%), São Paulo (-11,7%) e Rio Grande do Sul (-11,3%). Três estados tiveram aumento da produção: Mato Grosso (4,8%), Pará (4%) e Espírito Santo (0,6%).

Ex-funcionários se mobilizam em prol da Usiminas

10/03/2016 – Fonte: Diário do Comércio

Ex-funcionários da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas) estão se mobilizando em prol da companhia, que passa por delicado momento financeiro após amargar prejuízo de R\$ 3,6 bilhões e acumular dívida de R\$ 7,9 bilhões no ano passado.

O grupo “Pró Usiminas” inclui ainda a sociedade em geral, que espera o fim do impasse entre os acionistas Nippon Steel e a Ternium na reunião do Conselho Administrativo prevista para amanhã de maneira a evitar um possível pedido de recuperação judicial por parte da empresa.

A ex-funcionária da siderúrgica Martha Teixeira Lassance afirma que foi criado um grupo nas principais redes sociais para discutir a atual situação da companhia e possíveis soluções.

“Já tivemos uma primeira divisão de grupos de trabalho, algumas pessoas apresentaram propostas e outras estão propondo manifestações. Na próxima reunião do conselho, pretendemos fazer uma vigília, para indicar nossa insatisfação e preocupação com o futuro desse importante braço econômico de Minas Gerais”, explica.

Lassance argumenta que a Usiminas não pode pagar por um conflito de capital entre a Nippon e a Ternium, sócios controladores da empresa, se referindo ao fato de ambos não entrarem em um acordo quanto à captação de recursos, condição imposta pelos bancos credores para dilatar os prazos de pagamentos das dívidas da siderúrgica.

Conforme já publicado pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO, os japoneses estariam dispostos a realizar uma injeção de capital na companhia mas os argentinos continuam irredutíveis quanto ao aporte.

“O valor da Usiminas não é só esse. Vai muito além. Envolve toda uma cadeia, cidades, pessoas e o Estado. É uma lástima que uma empresa desse porte, responsável por tanto desenvolvimento, pelo fortalecimento de uma importante cadeia produtiva de Minas Gerais, não tenha como se proteger de um conflito de capital. É perceptível que o acordo de acionistas não prevê medidas para um caso como este”, observa a ex-funcionária.

Enquanto os acionistas não chegam a um consenso, mais próximo se torna o fim do caixa da Usiminas, que pode acabar nas próximas semanas. Os prazos das dívidas da companhia estão para vencer e a empresa tem em caixa cerca de R\$ 2 bilhões, cerca de R\$ 1,3 bilhão da Musa, a empresa de mineração e a dívida total chega a R\$ 8 bilhões.

Se houver um aumento de capital, os principais credores - Banco do Brasil, Itaú e Bradesco - se comprometem a rolar cerca de R\$ 4 bilhões em dívidas da Usiminas (R\$ 2,4 bilhões vencem nos próximos 12 meses). A expectativa é de que uma solução seja apresentada pelos acionistas na reunião de amanhã.

Emissão de ações - Em resposta a ofício enviado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Usiminas confirmou ontem que está marcada reunião do Conselho de Administração para amanhã, que vai discutir, entre outras matérias, alternativas para injeção de recursos na siderúrgica. A companhia afirma que uma dessas alternativas é o aumento de capital com a emissão de ações.

O ofício foi enviado pela CVM por conta de informações divulgadas pela imprensa sobre o possível aumento de capital da Usiminas. No mesmo comunicado, a siderúrgica ressalta que não há qualquer decisão tomada a respeito do assunto.

Mercado externo é alternativa para Iveco

10/03/2016 – Fonte: Diário do Comércio

Depois de aumentar em 53% o volume das exportações em 2015 frente ao ano anterior, a Iveco Latin America, subsidiária da CNH Industrial, com planta em Sete Lagoas, na região Central do Estado, pretende manter o ritmo de crescimento dos embarques também em 2016.

A meta da empresa é alavancar esse crescimento em mais 30% neste exercício na comparação com o anterior. No ano passado, 3.337 unidades de veículos comerciais leves e pesados foram enviadas pela montadora para fora do País. Isso equivale a cerca de 25% da produção da companhia.

As informações são do diretor de Marketing da Iveco para a América Latina, Ricardo Barion. Segundo ele, embora a forte base de comparação possa dificultar o processo, as estratégias para alavancar as vendas internacionais já resultaram em bons resultados nos primeiros dois meses de 2016.

Entre as ações que a companhia vem adotando desde o ano passado para incrementar as exportações está a reestruturação da plataforma de vendas e a precificação em mercados importantes como a Argentina.

“A gente tinha uma direção de venda e, a partir do ano passado, foi montada uma nova estrutura de exportações, inclusive maior, visando justamente a amplitude do mercado. Essa mudança está nos permitindo focar determinados mercados e modificar outros”, explica.

Tratando-se especificamente da Argentina, principal mercado da unidade brasileira, a estratégia foi aumentar o estoque do modelo Euro 3 para sustentar a corrida às concessionárias até a entrada do modelo Euro 5, que ocorreu em janeiro deste exercício. Aliou-se a isso a precificação.

A ideia, segundo Barion, é compensar as perdas do baixo ritmo do mercado interno. No entanto, conforme ele, isso ainda não foi possível, em virtude do tamanho que o setor tinha nacionalmente.

“A queda das vendas chegou a 45%. Não imaginávamos que seria assim. Para completar, estimamos que neste exercício seja registrada nova baixa de 5% a 10% sobre o ano passado”, diz.

De qualquer maneira, o incremento das vendas internacionais conferiu fôlego à companhia em 2015. Tanto que os 53% de crescimento nos embarques representaram recorde para a Iveco. “Esse percentual de crescimento nunca tinha sido alcançado. Esse volume de negociações permitiu com que a planta continuasse em operação, o que é mais importante, pois temos uma responsabilidade social com o Estado”, completa.

Atualmente a Iveco conta com 2.300 colaboradores no complexo de Sete Lagoas. Isso foi possível também graças ao cenário favorável proporcionado pela alta do dólar, que permitiu ao setor resgatar parte de sua competitividade no mercado internacional.

Os principais países para os quais a Iveco exporta veículos comerciais leves e pesados fabricados no Brasil são: Argentina, Chile, Colômbia e Paraguai e Uruguai. Já entre os veículos exportados em 2015, o modelo mais vendido foi a Daily, que também lidera o seu segmento no mercado nacional.

Meta - Para 2016, além da meta de avançar mais 30% nas exportações, a Iveco vai dar continuidade ao plano de aportes de R\$ 650 milhões iniciado em 2015. Os recursos visam, basicamente, à nacionalização dos veículos produzidos pela Iveco, passando pelo aumento da produtividade na unidade mineira. De acordo com Barion, parte do montante está sendo alocada também no desenvolvimento de novos produtos.

“Este ano se resume em insegurança. Há muitos clientes que estão postergando compras e substituições de produtos. Isso é natural, visto o cenário de recessão. Por isso, é difícil fazer qualquer previsão, mas vamos manter os investimentos e lançar novos produtos, porque em determinado momento o mercado vai voltar a aquecer e quando ele voltar, a Iveco estará mais forte do que antes”, conclui.

Desemprego deve perder força no País

10/03/2016 – Fonte: Diário do Comércio

Após quatro altas consecutivas, o Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp), que avalia a tendência futura do mercado de trabalho, caiu 1,1% em fevereiro, atingindo 72,5 pontos. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) que vê no recuo “uma acomodação” do índice.

A FGV explica que, “após quatro altas consecutivas, entre outubro de 2015 e janeiro de 2016, os números sinalizavam algum arrefecimento do ritmo de diminuição do pessoal ocupado na economia brasileira neste início de ano”.

Também o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) apresentou queda em fevereiro, ao variar -0,7%, atingindo 97,7 pontos. Esta é a segunda redução consecutiva do indicador (-1,6% em janeiro), sinalizando também acomodação, neste caso da taxa de desemprego no início de 2016, após um período de fortes altas ao longo de 2015.

Para o economista da FGV, Fernando de Holanda Barbosa Filho, "os dados dos dois indicadores reforçam o cenário do mês passado de estabilidade em patamares negativos". Para ele, os dados do Indicador Antecedente de Emprego, que se encontra em 72,5 pontos, "estão muito abaixo da média do índice antecedente de emprego, 83,3 pontos, sinalizando pouca chance de melhora no curto prazo".

Já a o Índice Coincidente de Desemprego reflete "um ambiente de elevado desemprego com o índice com valores substancialmente acima da média da série (79,9 pontos), resultado que ressalta a fragilidade do mercado de trabalho". Para o economista, a análise conjunta dos indicadores de mercado de trabalho reflete "o momento ruim do mercado de trabalho e a tendência de deterioração para os próximos meses."

Os dados divulgados pela FGV indicam que os números que mais contribuíram para a queda do Indicador do Antecedente de Emprego foram os que medem o ímpeto de contratação para os próximos três meses, bem como a situação dos negócios para os próximos seis meses.

Em relação ao Índice Coincidente de Desemprego, as classes que mais contribuíram para a queda do indicador foram as dos consumidores com renda mensal entre R\$ 4.800,00 e R\$ 9.600,00, cujo Indicador de Percepção de Facilidade de se conseguir Emprego variou -3%; e para aqueles cuja renda situa-se entre R\$ 2.100 e R\$ 4.800,00 -o indicador também variou negativamente: -0,7%.

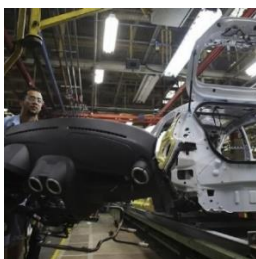
OCDE - A taxa de desemprego nos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) caiu ligeiramente em janeiro, a 6,5%, de 6,6% em dezembro, e ficou 1,6 ponto porcentual abaixo do pico atingido em janeiro de 2013.

Em todos os países do grupo, um total de 39,9 milhões de pessoas estavam desempregadas, 9 milhões menos que em janeiro de 2013, mas ainda 7,4 milhões acima do patamar de abril de 2008, período anterior ao início da crise financeira global, segundo pesquisa mensal divulgada ontem pela OCDE.

Apenas na zona do euro, a taxa de desemprego recuou 0,1 ponto porcentual em janeiro, a 10,3%, dando prosseguimento à tendência de queda. O desemprego caiu no mesmo ritmo nos Estados Unidos, a 4,9%, e Japão, a 3,2%, mas houve aumento de 0,1 ponto no Canadá, a 7,2%. Dados mais recentes dos EUA mostraram que a taxa de desemprego ficou estável em fevereiro, em 4,9%.

Indústrias do Grande ABC sofrem com baixa demanda em janeiro

10/03/2016 - Fonte: DCI



O indicador de produção da região, por exemplo, está mais de cinco pontos abaixo na comparação nacional. O índice das indústrias do Grande ABC ficou em 34,2 pontos em janeiro, contra 39,7 da produção nacional. Na pesquisa, números abaixo de 50 indicam retração ou uma percepção negativa.

Outro indicador abaixo da média nacional foi o da utilização da capacidade instalada. Enquanto a taxa nacional foi de 62%, a média na região paulista foi de 56%.

A intenção de investimento da indústria da região está muito baixa. De acordo com a pesquisa, esse índice foi de 34,4 pontos no primeiro mês do ano. O número observado está abaixo dos 39,8 pontos da média nacional.

A demanda está melhorando, apesar de ainda estar em campo negativo, abaixo dos 50. O indicador de janeiro no quesito demanda subiu para 38,6 pontos, o maior dos últimos cinco meses. Em dezembro, estava em apenas 35,7.

De acordo com a pesquisa, as três principais queixas das indústrias do ABC em dezembro foram de demanda interna, elevada carga tributária e falta ou alto custo de energia.

A pesquisa tem frequência mensal e é colhida por meio de questionário enviado às empresas industriais pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Governo facilita complementação salarial de trabalhadores do PPE

10/03/2016 – Fonte: G1

Portaria publicada no "Diário Oficial da União" desta quarta-feira (9) agiliza a liberação de recursos que vão ser usados para complementar o salário dos funcionários de empresas que aderiram ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), informou o Ministério da Previdência e do Trabalho.

A portaria possibilita às empresas o envio prévio da folha de pagamento dos trabalhadores e posterior compensação.

"Essa mudança vai agilizar a liberação de recursos do PPE. Hoje muitas empresas não conseguem enviar a folha de pagamento finalizada dentro do prazo exigido pelo ministério", afirmou o ministro do Trabalho, Miguel Rossetto.

A nova regra admite que o Ministério do Trabalho receba a folha de pagamento em posição prévia quando não for possível à empresa enviar a posição fechada no tempo exigido para o processamento do pagamento.

Nesse caso, a empresa deverá encaminhar a folha útil ao ministério até o quarto dia útil de cada mês após a data de pagamento. "As eventuais diferenças de valores serão compensadas posteriormente, seja de repasse complementar ou de devolução ao Ministério", explicou o ministro Rossetto.

A empresa deve compensar a diferença até o 15º dia, contado da data do recebimento da notificação expedida pelo ministério. Vencido o prazo, no valor incidirá atualização financeira.

"O não recolhimento dos recursos no prazo de trinta dias, contados da data do recebimento da notificação, pode acarretar na exclusão da empresa do PPE, além do registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin)", acrescentou o Ministério do Trabalho.

Programa de Proteção ao Emprego

O Programa de Proteção ao Emprego (PPE) foi lançado no ano passado pelo governo federal. O plano reduz a jornada de trabalho e corta salários de funcionários de empresas em dificuldades financeiras.

Na ocasião, o governo informou que o PPE foi criado com o objetivo de frear as demissões no país. Para participar, as empresas terão que atender aos critérios de um 'índice' de geração de empregos e precisarão esgotar primeiro a utilização do banco de horas e períodos de férias, inclusive coletivas.

O PPE permite a diminuição temporária de até 30% das horas de trabalho, com redução proporcional do salário pago pelo empregador, para empresas de todos os setores em dificuldades financeiras. A diferença do salário é parcialmente compensada pelo governo, que vai pagar 50% da perda com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) - limitada a um valor.

O último balanço de adesão ao PPE, divulgado pelo Ministério do Trabalho na semana passada, mostra que o número de trabalhadores de empresas que aderiram ao programa do governo federal chegou a mais de 54 mil. Desde que o PPE foi lançado, em julho de 2015, 83 empresas assinaram termos de adesão ao programa - segundo este levantamento.

Banco Volkswagen lança programa para facilitar financiamento

10/03/2016 – Fonte: Automotive Business

O Banco Volkswagen lança uma nova opção de financiamento via CDC válida para os modelos Gol, Saveiro e Voyage e em toda a rede de concessionárias. O Plano VW Sempre Novo configura a modalidade com entrada que varia entre 30% e 50% do preço do veículo, o que reduz o valor das parcelas em até 25%. Elas são divididas em 35 vezes com taxa promocional de 1,39% ao mês.

No fim do contrato, após 3 anos, a empresa oferece diferentes opções para o pagamento do valor residual (parcela 36), que equivale a 30% do bem: poderá ser financiado, pago à vista ou o cliente poderá utilizar o próprio veículo para quitar a parcela restante, com a possibilidade de utilizar o saldo da venda do veículo para dar entrada em um novo carro.

A configuração se assemelha à um leasing operacional, mas se trata de um CDC, esclarece a empresa, pois não há garantia de recompra do veículo pela empresa no fim do financiamento, como acontece no leasing. Neste plano, o cliente tem a opção de quitar a parcela final e ficar com o carro ou trocá-lo por um novo, conforme citado anteriormente.

O novo plano também dá a oportunidade de incluir o pacote de revisões planejadas (as primeiras quatro revisões pelo período de 24 meses ou 40 mil quilômetros) pelo valor de R\$ 999 embutidas nas parcelas do financiamento, além do desconto de R\$ 750 caso o consumidor opte por contratar um seguro da marca para o veículo.

SIMULADOR

Com o novo plano, o Banco Volkswagen lança um site no qual é possível fazer a simulação do financiamento: basta inserir o valor do veículo. Em uma simulação para o novo Gol Trendline 1.0, com preço sugerido de R\$ 34.89 com o valor de entrada em 30%, de R\$ 10.467, as 35 parcelas seriam de R\$ 74571 – no caso de contrato do pacote de revisão – ou 35 de R\$ 702,93, sem as revisões programadas.

Nos dois casos, o valor residual, ou a 36ª parcela seria de R\$ 10.467, o mesmo valor da entrada, que também foi de 30%. No simulador Volkswagen Sempre Novo, que também terá versão de aplicativo para smartphone, também é possível comparar este plano de financiamento com um plano comum de 60 meses.

Clique [aqui](#) para fazer a simulação.

COMPARE AS VANTAGENS:

Valor do veículo: R\$ 34.890,00
Valor da entrada: R\$ 17.445,00



Plano contra o desemprego terá pagamento facilitado

10/03/2016 – Fonte: O estado de S. Paulo

Após reclamações de empresas pela demora nos pagamentos do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), o Ministério do Trabalho e Previdência Social editou uma norma que facilita o pagamento da complementação salarial que é repassada do governo ao trabalhador.

No PPE, para evitar demissões, os empresários podem reduzir em até 30% a jornada e o salário do funcionário, num limite de 30%, sendo que metade do corte salarial é bancado pelo governo. Se a redução for de 20%, por exemplo, o FAT repassa 10% ao empregador.

De acordo com o Ministério, a exigência da entrega das folhas de pagamento dos funcionários finalizada para posterior repasse do dinheiro era o motivo dos atrasos. A portaria, publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU), possibilita às empresas o envio prévio da folha de pagamento dos trabalhadores e posterior compensação.

“Hoje, muitas empresas não conseguem enviar a folha de pagamento finalizada dentro do prazo exigido pelo Ministério”, explicou o ministro Miguel Rossetto. No caso de envio de uma folha de pagamento prévia, a empresa deverá encaminhar ao Ministério a folha final até o quarto dia útil após à data de pagamento. “As eventuais diferenças de valores serão compensadas posteriormente, seja de repasse complementar ou de devolução ao Ministério”, ressaltou Rossetto.

A empresa deve compensar a diferença até o 15.º dia, contado da data do recebimento da notificação expedida pelo Ministério. Vencido o prazo, no valor incidirá atualização financeira. O não recolhimento dos recursos no prazo de trinta dias, contados da data do recebimento da notificação, pode acarretar exclusão da empresa do PPE, além de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).